

## ENTREVISTA

Uma vez mais, fiel ao compromisso de construção e celebração da memória institucional de nossa Casa, a Revista dos Estudantes de Direito da UnB publica mais uma entrevista com um dos grandes ícones do Direito no Brasil.

A escolha do entrevistado da 9ª edição não foi fácil. Durou semanas e rendeu enormes discussões pelo Conselho Editorial. Quem seria o nosso entrevistado? Por quê? Afinal, entrevista para quê?

Como projeto de incentivo da produção e do debate acadêmico a respeito do Direito no âmbito da graduação, queríamos alguém inovador, irreverente, criativo e que expressasse tais qualidades em pesquisas e em trabalhos no campo jurídico. Para leitores diferenciados e perspicazes, queríamos alguém que pudesse invocar a crítica. Queríamos saber como se deu tal construção na vida dessa pessoa e como ela refletiu no mundo.

Como integrantes da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, queríamos alguém que partilhou do mesmo ambiente e ares. Afinal, com quase cinquenta anos de história, muito aconteceu e muitos fizeram acontecer. Mas queríamos identificar na trajetória desse alguém acontecimentos que marcaram e marcam nossa história até os dias de hoje, não somente referentes à própria Universidade, mas também à cidade de Brasília e ao país, ao direito e à sociedade, à condição de juristas e à condição de humanistas.

Enfim, queríamos encontrar alguém em quem nós nos reconheceríamos, por quem teríamos orgulho de estudar onde estudamos e de realizar um projeto como o nosso.

E encontramos.

Ex-aluno de graduação da Casa, integrante do Centro Acadêmico de Direito da UnB em duas gestões, em uma delas presidindo, mestre pela *Columbia University*, André Felipe Gomma de Azevedo atualmente é Juiz do Estado da Bahia e professor da FD/UnB. Ministra aulas da matéria de grande valia que ele mesmo estruturou e incluiu na nossa grade curricular: Arbitragem, Mediação e Negociação. Coordena um dos grupos de pesquisa da Faculdade mais atuantes e influentes sobre o tema no Brasil, o GTRAD – Grupo de Trabalho em Resolução Apropriada de Disputas, que ele mesmo fundou. Colabora ativamente com o Programa "Conciliar é legal", do Conselho Nacional de Justiça. Profere cursos, dá consultorias e desenvolve projetos em todo o Brasil, promovendo o direito como instrumento social para promoção da paz, da cidadania e da democracia.

Eis nosso convidado desta edição.

REDUnB: A primeira pergunta é: quando o senhor resolveu fazer Direito e como foi essa decisão?

Prof. André Gomma: Meu primeiro vestibular foi para Geologia. Eu fiz Geologia durante um ano, antes de fazer Direito. Mas na segunda semana eu já sabia que não queria fazer Geologia. E eu não sabia bem o que fazer. Aí, no meu segundo semestre, comecei a cursar algumas disciplinas diferentes, de outros cursos. Fiz Introdução a Ciência Política, Introdução a Direito, Introdução a Relações Internacionais e alguma outra introdução que agora eu não lembro mais. Então teve um professor de Introdução ao Direito, hoje já falecido, chamado Maurício que foi um professor espetacular. Ele transmitiu uma visão do Direito muito viva. Claramente, era um professor que acreditava muito no Direito como um conjunto de normas, princípios, processos de efetiva pacificação. E o curioso é que, de uma turma noturna, relativamente pequena, de uns 25, 30

alunos, metade abandonou o curso original para fazer Direito. Alguns na UnB e outros em outras faculdades. Era um professor muito bom. E daí porque eu comecei a gostar de Direito. Antes, eu nunca tinha pensado em fazer esse curso. Foi muito em função desse professor. Ele foi muito eficiente, me transmitiu uma visão positiva do Direito.

REDUnB: E desde então o senhor se interessou por essa visão de o Direito como instrumento de pacificação.

Prof. André Gomma: Foi, foi já bem no início.

REDUnB: Como era o Curso do Direito? O senhor lembra mais ou menos a estrutura da grade curricular? Sua opinião crítica sobre o curso.

Prof. André Gomma: Na minha época, existia uma série de estruturas muito deficientes da grade. Por exemplo, apesar de já existir o próprio Código de Defesa do Consumidor, o Juizado Especial, não tinha disciplina sobre esses temas. Então a grade era bastante ultrapassada.

Além disso, alguns professores tinham uma visão bastante conservadora do Direito, insistiam que os alunos deveriam ir de terno para as aulas, considerando que era uma faculdade tradicional... Alguns professores tinham, claramente, um prazer de usar uma estrutura de complicação, uma linguagem hermética, exatamente para ensinar o aluno a ter esse tipo de linguagem, embora houvesse, desde a década de 70, a proposta de acesso à justiça, o objetivo de trabalhar a linguagem para que o direito seja mais acessível e uma série de desafios.

O curso tem, hoje, uma estrutura e uma grade curricular ainda muito ultrapassada, apesar de duas ou três reformas que já aconteceram nesses... quinze anos de contato com a Faculdade de Direito. Mas parece que a Faculdade está lentamente caminhando. Hoje é uma das Faculdades mais progressistas do país, em relação à grade curricular, à visão do professor e assim por diante, o que não

significa que não exista ainda espaço para opinião ultrapassa, apesar de que, naturalmente, não dê pra discutir valores.

REDUnB: O senhor participou do Centro Acadêmico (CA) da Faculdade de Direito da UnB. Como era o movimento estudantil?

Prof. André Gomma: A massa de estudantes, entre os anos 90 e 95, era preocupada com o movimento social. Houve aquele acampamento da Telebrasil, em que grande número de estudantes atuou em assistência judiciária gratuita, em apoio em muitos projetos, enfim. Isso era muito bom.

A minha percepção hoje é que ingressa um percentual muito maior dos estudantes na FD pensando em concurso público, o que empobrece, de certa forma, uma visão crítica do direito dentro da Faculdade de Direito. São estudantes que querem o título de bacharel para poder pleitear cargos públicos, o que também tinha na época em que eu era estudante, mas hoje é muito mais intenso. Houve esse empobrecimento do corpo discente.

O CA da minha época era muito pouco estruturado. Fazer alguma coisa era relativamente fácil. Coisas como montar a dinâmica, criar a pessoa jurídica<sup>516</sup>, que hoje são muito pequenas comparativamente com o que existia antes, naquele tempo eram muito grandes. Mas de qualquer forma, as duas gestões em que eu participei ativamente e as diretorias que nos antecederam foram muito positivas em estímulos ao corpo docente ao movimento social. Foi muito bom.

Outra memória do CA é que, naquele período, existia uma forte polarização entre o corpo docente e o corpo discente. Eu não lembro se foi na gestão em que eu atuei como diretor ou não, mas lembro que a gente batia muito de frente com o corpo docente, porque foi o primeiro período em que o CA começou a avaliar os professores e aplicar formulários de apreciação pelos alunos. Isso contra uma opinião do então diretor do Departamento de Direito, o

---

<sup>516</sup> Diário Oficial do Distrito Federal de 7 de março de 1994, Seção “Atas, Contratos, Convênios, Balanços”, página 42. Ver anexo 1.

Dourimar Nunes de Moura - que é uma pessoa espetacular, tenho muito contato com ele até hoje e o aprecio muito como pessoa e como professor também. Mas ele disse que não iria aplicar as avaliações, porque ia causar uma série de embaraços. E o CA foi, bateu de frente e aplicou. E como resultado de notas ruins dos alunos, alguns professores naturalmente pediram aposentadoria. Isso foi muito bom. Eu acho que hoje o CA tem uma interação um pouco melhor com o corpo docente do que naquela época.

Lembro quando um colega nosso virou e falou pro Dourimar que se ele fizesse x, y e z, ele ia entrar com um mandaTo de segurança. Aí o Dourimar falou: “meu filho, vai estudar Direito! É mandaDo de segurança!” Aí meu colega disse assim: “Pô, depois dessa, a gente não tem mais argumento, né?” [risos]. Então, apesar de tudo, era um clima muito bom de trabalho, em busca de melhoria.

Também foi o período em que aprovaram o Direito noturno e, na nossa época, a gente era muito contra isso, porque iria diminuir a qualidade do ensino.

REDUnB: Acha que é a mesma argumentação utilizada agora sobre a expansão?

Prof. André Gomma: Sim. Mas, no fundo, o grande mérito da faculdade, até hoje, é o elevadíssimo processo de seleção e ingresso, tanto pelo PAS, quanto pelo próprio vestibular. É muito puxado. Então, eu acho que se aumentar um pouco o número de vagas não vai fazer uma diferença substancial, porque pega bons alunos desde o início. Até mesmo porque, você vê o modelo da Argentina, por exemplo, que, nos primeiros anos da Faculdade de Direito, tem quatrocentos alunos por turma e conseguem formar bons alunos. Muitos desistem, mas porque o curso é puxado.

Agora, nos últimos cinco anos, o Direito da UnB está começando a mudar, tanto que na última prova da OAB tivemos a melhor pontuação no Brasil. Mostra que em alguma coisa o pessoal está acertando.

REDUnB: E como foi a escolha do tema da monografia? Em que o senhor se especializou?

Prof. André Gomma: Na minha época de graduação, a monografia era optativa e só dois alunos da minha turma quiseram fazer: o “Chico” Todorov, hoje grande advogado, e eu. Naturalmente, isso já sinalizava a propensão à vida acadêmica de nós dois. Hoje o Chico dá aula de Direito Econômico.

Eu fiz sobre prequestionamento, mais para fechar um trabalho de direito processual que eu fazia. Eu comecei a trabalhar com mediação por meio do direito processual, de um livro do Mário Cappelletti, o “Acesso à Justiça”, livro de direito processual que sinalizava para processos autocompositivos. No fundo, quando a gente fala em conciliação, em mediação e em outros processos autocompositivos, a gente está falando em uma grande área de resolução de conflitos, que é de direito processual.

Eu fui fazer o mestrado, em 1996, em arbitragem, e, logo depois, passou a lei de arbitragem. Ou seja, eu perdi o *timing*, eu tinha que ter feito o mestrado em arbitragem antes de passar a lei. Aí, chegando lá em *Columbia*, eu ainda fazendo em arbitragem, a minha orientadora, que era a professora Carol Liebman, falou: “por que você não faz em mediação?”. E ela me apresentou a mediação. Daí porque eu comecei a fazer o trabalho com esse tema. E foi excelente, porque minha dissertação de mestrado em mediação foi sobre processo de gestão de qualidade, em programas de mediação. Hoje é a área que eu trabalho cotidianamente. Foi algo muito rico e que me permitiu, quando eu voltei para o Brasil, até mesmo pelo convívio com o próprio Dourimar, com quem eu já tinha contato pelo CA, ingressar na UnB, pelo processo seletivo, como professor substituto. Lecionava uma disciplina sobre mediação, na época era chamada “PAD<sup>517</sup>”, antes da criação da disciplina “Arbitragem, mediação e negociação”, e também as disciplinas que são punição dos novos professores, como “Noções

---

<sup>517</sup> Prática e Atualização em Direito.

de direito”, “Legislação social”, disciplinas que nenhum professor quer dar e dá porque é substituto [risos]. São as disciplinas para alunos de outros cursos, engenharia, administração, que normalmente tem alunos pouco interessados em temas jurídicos.

REDUnB: Como era o tema mediação nos Estados Unidos na época que a professora lhe apresentou?

Prof. André Gomma: Estava mais estruturado do que aqui. Mesmo há dozes anos lá, estava mais estruturado do que o nosso Judiciário está hoje.

Nós ainda temos muita dificuldade em relação ao nosso mecanismo, porque tem um viés pouco pragmático. Então, os treinamentos em mediação lá são treinamentos de “como fazer”, e ainda hoje os treinamentos que se vê aqui, na faculdade ou fora dela, são treinamentos de “o que é”, dentro de um perfil filosófico. Uma abordagem que não faz sentido. Não adianta. Eu brinco sempre dizendo que não adianta apenas dar um treinamento de anatomia para os médicos. Tem que ter algum componente de desenvolvimento de habilidade. O grande problema que nós temos até hoje em mediação é que nós ainda estamos na anatomia. A técnica, não só pouco se domina, como quase não se menciona. Isso é até característica de Faculdade de Direito, que discute muito dentro de um campo deontológico e pouco dentro de um campo um pouco mais pragmático. Júri simulado, audiências simuladas, isso é uma parte muito pequena da nossa formação.

REDUnB: Até que ponto isso não é uma estrutura cultural do Brasil e até que ponto isso pode ser imitado? Como o senhor vê essa adaptação?

Prof. André Gomma: Eu vejo de uma forma bastante jocosa. Quando a formação produz resultados desastrosos, nós aprendemos pela tentativa e erro e acabamos criando bons programas de desenvolvimento de técnica. Por exemplo, aviação. Aviação requer um aprendizado bastante pragmático: tem que

saber pilotar. Não posso só saber meteorologia, aerodinâmica, planejamento de voo... Eu tenho que saber pilotar. Se eu não souber pilotar, eu vou ter sinais claros de que eu não sei pilotar [risos]. Outro exemplo, cirurgia. Eu tenho evidências claras de uma formação deficiente. Na mediação, eu também tenho que ter necessariamente treinamento com viés pragmático, se não eu não tenho bons mediadores.

É uma característica brasileira, é um componente cultural na América Latina: ter muitos cursos de formação de mediadores que discutem o que é, novas tendências, mas não chegam a fazer. Aí temos mediadores que dizem: “Não devo mediar porque esse caso não merece.” Francamente, se é um médico de uma cirurgia bariátrica ou de uma cirurgia estética de nariz dizendo isso, eu concluo em curtíssimo tempo que esse cara não está sabendo fazer cirurgia. Ou se é um piloto de avião que estragou três trens de pouso ou três aeronaves no último ano, concluo que tem alguma coisa muito deficiente nessa formação.

No nosso caso, se o Direito, usando a conceituação do Boaventura de Sousa Santos, é um conjunto de normas, processos e práticas de resolução e prevenção de conflitos, e tenho alunos que saem da Faculdade resolvendo os conflitos com oposição de força ou aplicação da norma positivada, resultando em usuários da Justiça claramente não satisfeitos, eu chego à mesma conclusão: tem alguma coisa muito deficiente no processo de formação desses profissionais.

No Direito, ainda há algo pior: um discurso floreado que passa uma falsa impressão de que a pessoa domina aquilo que faz. No fundo, o Direito tem que ser sinônimo de pacificação. Se não se sabe pacificar é porque não se sabe aplicar o direito. E isso tem que ser visto com esse grau de simplicidade. O nosso meio acadêmico, da América Latina como um todo, da Europa um pouco, é permeado de um grande rebuscamento intelectual, de baixa resposta e de, principalmente, baixa mensuração dessas respostas. Nele, eu não preciso ter um Direito que funcione. Eu preciso de um Direito que



seja bonito. Ou seja modismo.

Eu sempre comento que, na minha época de graduação, quem fosse fazer uma dissertação de mestrado e não citasse o Canotilho teria muito problema para ter uma menção elevada. Hoje a menção é a Habermas, a Luhmann, a Dworkin e alguns outros. São os autores da moda. Então, quando me perguntam como a mediação se adapta ao Brasil, eu respondo, francamente: muito melhor que muitos desses escritores. O problema é que esses autores já vêm por intermédio de doutrinadores consagrados no Brasil. Mas se preocupam muito com a forma e pouco com o resultado. Então fica a crítica. E, é claro, que é uma crítica muito forte: que nós temos um grande problema no nosso país que é uma baixa preocupação com a efetividade do pacificador.

Uma observação positiva é que a Faculdade de Direito da UnB tem se preocupado muito com isso. Foi a primeira faculdade do Brasil a desenvolver uma disciplina em mediação que trabalhasse técnicas, trabalhasse “como se faz”. Tivemos em PAD, uma disciplina especificamente sobre técnicas de Negociação. Tivemos também um excelente programa de Direito do Consumidor, de Direito Econômico, que têm abordagens sobre “como se faz”. Sem, contudo, abandonar a linha que, historicamente, é muito relevante na nossa Faculdade, que é a Sociologia do Direito, a Filosofia do Direito, que, vamos dizer, permaneceu coexistindo bem com essas abordagens mais pragmáticas e que, inclusive, dão um respaldo a essas abordagens pragmáticas.

REDUnB: Como foi a criação da disciplina que o senhor ministra hoje, Arbitragem, Mediação e Negociação?

Prof. André Gomma: Foi muito simples. Foi uma conversa, salvo engano, com o José Geraldo, atual Reitor, que, na época era Diretor da Faculdade. Na verdade, eu não me lembro se foi com o José Geraldo ou com o Dourimar, porque teve uma época em que o Zé era o Vice-Diretor da Faculdade e o Dourimar era o Diretor.

“Essa disciplina PAD será lecionada para o quarto semestre.

Precisava haver uma disciplina própria para esse tema. Vamos abrir”? “Vamos”. Eu me lembro que foi algo extraordinariamente desburocratizado. “Então, escreve a Ementa, escreve o Programa.” Aí duas semanas depois já estava montado. E, no semestre seguinte, já estava em curso.

REDUnB: Por que a necessidade de uma matéria própria?

Prof. André Gomma: Primeiro, a idéia de colocar Arbitragem, Negociação e Mediação numa disciplina só é a cara de década de 90. Hoje as grandes faculdades já estão separando: uma disciplina de Arbitragem, uma de Mediação e uma de Negociação. Nós também teríamos tranquilamente conteúdo para uma disciplina ou duas para Arbitragem, duas ou três de Mediação e duas ou três de Negociação. Há conteúdo para isso já.

REDUnB: E o que falta?

Prof. André Gomma: Prof. André Gomma: Antes de qualquer coisa, faltam docentes, embora até hoje contemos com um grande número de voluntários, que adoram fazer esse trabalho. Também faltam livros-textos. É o que pega para os docentes de Brasília, que já é um centro de referência do Brasil em resolução de disputas, que tem instrutores com excelente formação, mas não têm um livro-texto. Mas é algo que, não tenho a menor dúvida, será resolvido em cinco anos.

REDUnB: Um pouquinho do Grupo de Trabalho em Resolução Apropriada de Disputa - GTRAD<sup>518</sup>. Como foi a experiência de formar o grupo e de coordenar uma produção acadêmica?

Prof. André Gomma: A proposta do GT foi muito em função da época do CA. O CA funcionava e funciona até hoje por quê? Porque está na mão de aluno. Um grupo de pesquisa vai funcionar bem se estiver na mão de aluno. Esse foi sempre um componente muito

---

<sup>518</sup> <http://vsites.unb.br/fd/gt/rad/>

forte que fez com que, em algumas gestões do grupo de pesquisa, ele tivesse uma produção espetacular, quando estava, efetivamente, bem gerido por alunos. Então a característica que sempre marcou muito foi o tipo de alunos que eram selecionados para o grupo de pesquisa: eram aqueles que tinham algum tipo de protagonismo, de pró-ativismo, de iniciativa.

Começou com quatro alunos. Hoje todos estão hoje seguindo a carreira pública, se desenvolvendo espetacularmente bem. Eles comentam muito o efeito positivo que a participação no GT trouxe para eles, até mesmo, para aprenderem a gerir um grupo, a se relacionar dentro de um grupo em que as pessoas tem ciúmes, competitividade, mas, ainda assim, entendem que o grupo precisa seguir como um núcleo de produção.

O GT chegou a ter doze pesquisadores, não necessariamente com uma produção acadêmica melhor do que quando tinha seis. O que mostra, do ponto de vista de gestão, algo muito rico: que o GT pode ser do tamanho do número de alunos com iniciativa que ali tenham. É exatamente a mesma coisa no CA. Por que no CA não temos, a cada eleição, sete chapas diferentes? Por que muitas vezes, estourando, tivemos duas? Porque a característica dos grupos é, muitas vezes, ter alunos com pouca iniciativa e isso não é culpa do aluno. Eu sempre comento que isso é culpa da nossa formação de ensino básico e ensino fundamental. O nosso ensino fundamental e médio tolhe em grande parte a criatividade e a iniciativa do aluno. Então o aluno chega à Faculdade ainda esperando receber tudo mastigado do professor. E, a partir desse momento, realmente, a gente tem poucos alunos com iniciativa. Se a gente tivesse um primeiro semestre em que isso fosse trabalhado de outra forma, talvez a gente pudesse ter mais alunos com iniciativa.

Não obstante, o Direito se desenvolveu muito bem, com excelentes grupos de pesquisa. Naturalmente o GTRAD não foi o primeiro. O grupo do Professor José Geraldo o antecedeu com uma produção espetacular. Depois veio o grupo do Professor Márcio Lório, o GETEL (Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações), que também

tem uma produção acadêmica espetacular. E muitos outros. Mas, no fundo, o princípio do GT é o protagonismo dos alunos. O aluno toma a frente, o aluno tem que resolver, o aluno tem que trabalhar. E há algumas histórias interessantes, sendo uma delas a do Fábio Portela, que hoje é professor. Na época ele era aluno do sexto semestre e desenvolveu textos que usei no semestre seguinte, quando dava aula no curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Então, o Fábio, no sexto semestre, escreveu um artigo que, no semestre seguinte, passou a ser usado como texto básico do curso de pós-graduação na FGV de São Paulo. Isso porque tinha um enorme potencial e o colocou esse potencial em uso. E por iniciativa de quem? Não minha, como coordenador ou orientador, mas dele, pois eu simplesmente dizia: “você têm que achar algum tema de interesse. Você já fizeram a disciplina, viram temas que lhes interessam. Agora corram atrás, façam o trabalho e eu vou apenas indicar livros e coordenar”. Na época, o Fábio conversou com o irmão do John Von Neumann, que é um dos percussores da teoria dos jogos, desenvolvido na década de 50, hoje já falecido.

Esse foi o tipo de trabalho de efetiva pesquisa que foi desenvolvido. Isso tudo foi em função do protagonismo dos alunos. Muitos outros alunos não esperaram do professor que pesquisa fazer. Eles faziam o que era do interesse próprio e eu simplesmente indicava os livros relevantes de cada campo. Então, acaba sendo essa a marca desse projetos: os alunos têm carta branca para correr atrás.

E um detalhe que eu achei muito legal do GT é que, algumas vezes, eu fui voto vencido. Eu achava que algo tinha que ser feito assim. Claro que às vezes dava vontade de levar a bola pra casa e dizer que ninguém mais jogaria [risos]. Mas faz parte de um bom trabalho de gestão estimular o pessoal.

REDUnB: O que o senhor sugere para estimular mais a iniciativa dos alunos?

Prof. André Gomma: A professora Loussia Felix está conduzindo

uma reforma de grade curricular. Eu acho que uma disciplina sobre resolução de conflitos, no primeiro semestre, seria muito importante. E dentro dessa disciplina algo que comportasse a discussão de processos criativos. Tanto que a primeira leitura de quem entra no GT é o livro “A emoção e a regra”, de Domenico de Masi, que é um professor italiano que expõe exatamente grupos criativos de trabalho. No fundo, nós temos uma formação básica, no ensino médio e no fundamental, muito deficiente e que desestimula a criatividade. Por exemplo, se o aluno tem um problema matemático que me é apresentado, ele tem que achar soluções daquele problema matemático, necessariamente, pelo formato ou pela estrutura que aquele instrutor quer que ele chegue. Se ele achar uma solução para aquela questão matemática por outro mecanismo, ainda que mais longo, ele recebe nota menor porque o professor diz: “não, aqui é mais curto, esse é o formato certo”. Qual o grande problema nisso? Muitas vezes aquela solução mais longa é importante para outro tipo de problema. Eu tenho que estimular esse tipo de efetividade, ainda que, naturalmente, não possa ser feito no ensino médio, mas, pelo menos, no início do curso de Direito. Isso comportaria muito bem.

REDUnB: E a sua profissão de magistrado, como foi a escolha e a conciliação entre a magistratura e a mediação? Em princípio, não seriam atuações divergentes?

Prof. André Gomma: Não, pelo contrário. A tendência na Magistratura é contribuir para que o Judiciário seja um centro de pacificação da sociedade, que as pessoas busquem não para ter o juiz como sentenciante, o que seria exceção, mas para ter o juiz como maestro de uma orquestra com uma série de instrumentos: alguns desses instrumentos autocompositivos e outros, heterocompositivos.

Os instrumentos heterocompositivos o juiz tem dominar. E os autocompositivos ele tem que entender. Como um maestro mesmo, que, embora toque muito bem determinado instrumento, ele não

será o instrumentista principal, e embora não toque outros instrumentos, ele precisa entender. É nesse sentido é que a própria Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados tem trabalhado para que os magistrados brasileiros entendam o que é a mediação, porque ela funciona e porque ela é tão importante para um bom programa público de resolução de conflitos, que é o Poder Judiciário.

A minha relação como magistrado com a UnB e com o próprio Grupo de Trabalho foi maravilhosa. Não poderia ser melhor, porque, como magistrado, uso muita coisa que foi desenvolvida pelo Grupo de Trabalho. Vou pegar o exemplo do próprio manual de mediação judicial, que, no ano de 2009, saiu com uma grande tiragem de 3.000 exemplares, distribuídos pelo Brasil inteiro. Hoje ele é utilizado por inúmeros magistrados. Eu acho ótimo. Uma relação muito feliz e simbiótica.

REDUnB: Como foi o aprendizado prático da mediação e a aplicação na sua vida pessoal e profissional? Demorou muito tempo? Conte um pouco sobre esse processo.

Prof. André Gomma: Eu curto muito a aplicação de técnicas de resolução na vida pessoal. Minha esposa Silvana está aqui para confirmar isso. Eu aprendo muito com a mediação. Em treinamentos, eu sempre falo que a gente acaba aprendendo a resolver conflitos em casa e com as pessoas que estão mais próximas. Até porque algumas técnicas de resolução de disputas foram apuradas em função de relacionamentos pessoais, que, volta e meia, entram em conflito. Eu sempre comento que o próprio pacificador tem que ter o reflexo da vida profissional na vida pessoal.

REDUnB: Você acha que é um dom e que você já nasceu com isso?

Prof. André Gomma: A Silvana está rindo [risos]. A Silvana e eu namorávamos quando eu era estudante de direito, há 15 anos e a gente brigava muito. E, dez anos depois do meu mestrado, nós nos

reencontramos e voltamos a namorar. Ela viu o quanto eu mudei nesse período.

Silvana: Não é de nascença [risos].

Prof. André Gomma: Eu acompanhei a experiência de alguns alunos do grupo de pesquisa e vi que a mediação foi muito útil para eles também. Um deles – prefiro não mencionar o nome porque ele exerce uma função de agente político – era muito descuidado verbalmente. Muitas vezes ofendia a pessoa sem querer. Depois ele veio dizer que para ele o curso de medição foi muito importante, porque ele aprendeu muito e melhorou muito também. Recentemente eu encontrei com ele e ele está outra pessoa. O que eu acho que aconteceu com ele: provavelmente ele economizou dez anos de aprendizado em função disso. Ele aprenderia, na vida profissional, a ter cuidado de qualquer forma, mas, em função da mediação, ele aprendeu um pouco mais rápido. Eu acho que, de certa forma, foi isso.

E eu acho que o maior mérito é fazer o que o Maurício, aquele meu primeiro professor de Introdução ao Direito, conseguiu fazer, em suas aulas, que é passar uma visão positiva do Direito. Direito não como um mecanismo de opressão de classe dominada, não como um mecanismo de enriquecimento de alguns favorecidos, Direito para trabalhar em um escritório, Direito para passar num concurso público. Mas Direito como efetivo instrumento de pacificação. Isso é o que eu acho que todos os alunos do grupo de pesquisa ganharam muito, os alunos de graduação que fizeram a disciplina também e eu como aluno de Mestrado. Acreditar nesse Direito, por si só, já é um grande ganho.

REDUnB: O senhor pode nos contar um caso que a mediação foi um sucesso e um caso que foi um desastre?

Prof. André Gomma: Eu acho que tem algumas histórias muito boas de Mediação. A que eu mais gosto de citar é a de um casal que estava se separando e o cônjuge não queria participar da mediação. Ele achava que não ia se segurar e que ia agredir a esposa. Ele falou

que, durante o casamento, nunca bateu nela, mas que estava com tanta raiva que não ia conseguir se segurar. Foi uma mediação muito longa, com uma série de componentes humanos muito ricos. Mas, ao final da mediação, ela contou uma piada, e ele riu. Naquele momento eu falei: puxa, aquele que não se relacionava com sua ex a ponto de acreditar que ia se descontrolar, hoje, já interage de uma forma a ter uma dinâmica tão boa e tão positiva com ela. Eu achei maravilhoso.

Uma história de fracasso é difícil dizer, porque, mesmo em casos em que não se fecha acordo, existe em algum grau, um tipo de componente de aproximação das partes. Muitas vezes, a gente tem a tentação de dizer que a mediação é bem-sucedida se as partes fecharem um processo judicial. Na verdade não é assim. Essas partes podem, depois, começar a conversar, a interagir, a se entender.

Teve um caso de uma mediação na Bahia, que ocorreu com uma senhora perto dos 70 anos de idade, que estava separando do marido. Ela comenta que o marido tinha gastado duas heranças que ela tinha recebido de tios. E, além disso, ele tinha transmitido doença venérea para ela. E ela dizia: “como é que o senhor quer que eu chegue a algum tipo de entendimento com uma pessoa assim?” Isso, no fundo, mostra que o próprio processo de resolução de conflitos tem um grande componente emocional, com que precisa ser lidado. E, naquela época, a comarca onde eu atuava e ainda atuo não tinha ainda um programa de gestão de mágoas bem consolidado. Até hoje esse programa de gestão de mágoas ainda está sendo consolidado para que esse tipo de usuário possa gerir melhor as suas mágoas para depois ser encaminhado para a mediação. Então, pode-se dizer que foi uma mediação estéril, porque saiu sem grandes mudanças. Isso porque seria necessário fazer um melhor endereçamento dessa mágoa que essa senhora sentia.

REDUnB: O senhor falou da Bahia. Você trabalha em várias regiões



do Brasil. Tem alguma peculiaridade da Bahia em relação a outros lugares, no que diz respeito a maior ou menor afinidade com a mediação?

Prof. André Gomma: Tem. Em relação ao Brasil e a outros países também. O brasileiro, usando a expressão do Sérgio Buarque de Holanda, é um “homem cordial”. Ele adere à mediação de uma maneira mais eficiente. Alguns dizem: “não, perai, mas isso quer dizer também que o brasileiro é mais apaixonado muitas vezes pelos próprios conflitos”. Muitas vezes, quando o mediador pega um caso em que a parte está muito irritada, quer dizer que ela se importa muito com o caso. E, a partir do momento em que ela está muito irritada com determinado caso, ela tem no mediador alguém para dizer: “jovem, eu estou vendo que você está bastante irritado, isso significa que você se importa muito, então como é que a gente vai abordar esse caso?”. Então, de qualquer forma, essa característica do brasileiro facilita muito.

E o baiano, sem dúvida, é muito cordial, muito atencioso, muito simpático, como regra, o que acaba fazendo com que os índices de composição lá sejam um pouquinho melhores do que em alguns outros estados, mas não necessariamente melhores do que o resto país. São só algumas características culturais. Vou pegar, por exemplo, o caso do Rio Grande do Sul, que é um estado com um dos maiores, senão o maior, acesso à justiça, muito porque os usuários litigam muito e querem muito ouvir a opinião ou a manifestação do próprio magistrado, porque tem menos componentes de “baianidade”, vou colocar nessa expressão.

REDUnB: Professor, uma curiosidade nossa é sua opinião sobre a aplicação da mediação nos casos de anistia, pois ainda não encontramos formas eficientes de resolver juridicamente essa questão. A mediação poderia ser feita nessas situações?

Prof. André Gomma: Nossa anistia, do ponto de vista de conflito social, foi um processo simples. Simples, eu digo, em comparação com o que aconteceu, por exemplo, na África do Sul, no *apartheid*.

Ou em comparação com o processo acompanhado de genocídios que aconteceu na Europa Oriental e em outras regiões. E alguns desses países resolveram melhor que nós.

No exemplo da África do Sul, após uma situação de opressão extraordinária, e com a quebra do apartheid, foi criado um mecanismo chamado “Verdade e reconciliação”, em que, eventualmente, um policial que tivesse sido opressor em relação a um negro participaria de um processo de resolução de disputa e, no final desse processo, ele pediria desculpa à vítima e a vítima estaria preparada para, efetivamente, fazer a reconciliação.

Francamente, o processo de anistia não se resolve com compensação pecuniária. Vamos pegar um exemplo: eu ofendi alguém e ele entra com uma ação de danos morais. É com dinheiro que eu vou restaurar a honra dele? Nunca. É com um bom processo autocompositivo, em que o mediador vai virar para mim e falar: “o que você queria desse alguém?”. E eu vou responder “eu queria que ele me respeitasse naquele outro tempo”. Então o mediador vai perguntar: “você quer deixar isso registrar isso de alguma forma?”

“ Dessa maneira, eventualmente, aconteceria a repactuação social, a reconstrução do vínculo.

E, realmente, no Brasil, nós ainda nos equivocamos muito, de novo, em função de falta de técnica. Mas a solução desse problema seria absolutamente viável, sobretudo, em razão de exemplos que nós temos que, embora muito mais complicados, construíram respostas muito positivas. Ainda mais hoje, em um mundo de fácil acesso à literatura. Temos também o exemplo neozelandês, e outros, que são exemplos muito bonitos e que funcionariam muito melhor, até mesmo para a conscientização daquele segmento da sociedade que ainda insiste que o golpe foi necessário ou ainda insiste que a violência usada no golpe era necessária. Quando colocamos o opressor face a face com a vítima começamos a humanizar o conflito.

REDUnB: Essa é uma concepção diferenciada de Justiça, em relação

a que estamos acostumados. O senhor poderia falar um pouco mais sobre ela?

Prof. André Gomma: No fundo, a Justiça é um valor, como a beleza é um valor. Eu venho sempre dizendo que as minhas filhas são as meninas mais lindas do mundo, e quem tem filha mulher, provavelmente, vai discordar. Por quê? Porque a beleza é um valor. O que eu acho lindo alguém pode não achar. E o que eu acho justo alguém pode também não achar. Agora, a partir do momento em que eu tenho duas pessoas que vivem um processo de resolução de disputa, se essas pessoas são empoderadas a apresentar aquele valor, como a beleza é um valor, elas podem pintar juntos um quadro. E fazer com que o quadro fique bom para os dois olhares, para que ambas parem e falem que estão satisfeitas. O mesmo vale para o processo de resolução de disputas. Trabalha-se num processo em que os dois virem e falem: “estou satisfeito com essa resolução”. Aí há Justiça.

REDUnB: Quais são as suas projeções para o Direito brasileiro?

Prof. André Gomma: Em função do trabalho do Conselho Nacional de Justiça em conciliação, eu penso que nós vamos ter, provavelmente, um bom programa público de resolução de conflitos nos próximos dez, vinte anos. Todas essas mudanças são mudanças lentas. Algumas vezes eu acho em cinquenta anos a gente vai estar um pouco melhor; outras vezes, em dez. Mas não em cinco, porque são programas de médio prazo. Pelo menos nós começamos a entender, o que é talvez nosso maior desafio, que com sentenças nós estamos resolvendo muito mal os conflitos. Frequentemente as pessoas saem brigadas e nunca mais se falam. Isso o CNJ claramente já entendeu. Daí porque a Ministra Ellen Gracie começou o Movimento pela Conciliação. Isso é um sinal muito positivo. E eu não tenho muito pressa porque realmente é uma mudança cultural. É lenta. As pessoas que estão à frente, tanto essa Ministra, como o Ministro Gilmar, como o próximo Ministro

Peluso já tem sinalizado, são gestores que claramente entendem a importância de autocomposição como forma de efetiva pacificação social. Eu tenho uma visão bastante otimista de processos melhores e mecanismos mais eficientes de mensuração desses resultados.

REDUnB: Professor, o senhor é visto hoje como uma referência em estudo e atuação, não só por nós da FD/UnB, mas, tenho certeza, por alunos e profissionais do país inteiro. Seu caminho foi inovador e sua produção foi resultado de trabalho em um sonho. Que mensagem o senhor daria para quem tem e deseja executar uma ideia diferenciada?

Prof. André Gomma: O Henry Ford falava algo do ponto de vista de gestão de carreira e de valores pessoais perfeito. Ele falava: “se você acha que algo é possível, você está certo; se você acha que algo não é possível, você também está certo”. Então, para aquele aluno que acha que não é possível ter um Direito mais justo, mais humanizado, de aproximação, de pacificação, que acha que realmente o Direito vai sempre ser um instrumento de opressão, ele pode não estar certo, mas pelo menos para ele aquilo vai ser verdade. Agora, se o aluno começa a acreditar que o Direito pode funcionar, que existem processos que verdadeiramente aproximam pessoas, que nossa função, como operadores de Direito, é sermos gestores de um processo de reaproximação de seres humanos, que o Poder Judiciário é um hospital de relações sociais, aquilo será realidade para ele. E o que eu vejo e acho muito positivo é que o os alunos que saíram do GT e que, verdadeiramente, acreditam naquilo que fazem, acabam conseguindo alguns trabalhos e resultados bons de realização pessoal. Isso é, talvez, um dos maiores segredos de administração da vida pessoal: acreditar que o nosso trabalho pode ser significativo. E é um componente muito importante no programa de resolução de disputa. Acho que, de certa fora, isso tem nortado muito não somente eu, mas outras pessoas que trabalham com processo de resolução de disputas, que são pessoas que simplesmente não querem não acreditar no

Direito.

REDUnB: O senhor faria alguma coisa de diferente na sua experiência acadêmica?

Prof. André Gomma: Eu brinco sempre que eu me arrependo muito. Eu faria muita coisa diferente. Não posso nunca falar que nunca me arrependeria de nada. Não. Me arrependo. Faria muita coisa diferente. Algumas respostas a provas eu daria de uma forma diferente. Mas, essencialmente, a ideia de curtir a vida profissional, de curtir a vida acadêmica, de gostar de entrar em sala de aula e de ter que curtir uma visão não pomposa do Direito... Eu acho que isso aí eu não faria diferente, eu faria de novo.

## ANEXOS

1. Registro do Estatuto do Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília no Diário Oficial do Distrito Federal de 7 de março de 1994, página 42.

---

# ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

---

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

**EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 2967. Nº DO PROCESSO:** 092.007880/93. **CONTRATANTE:** Companhia de Água e Esgotos de Brasília. **MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO:** tendo em vista autorização do Diretor do Sistema de Esgotos da CAESB. **OBJETO:** alteração às Cláusulas Quarta (Documentos) e Sexta (Prazos) do mencionado contrato. **DOCUMENTOS:** o item "c" da Cláusula Quarta passa a vigorar com a seguinte redação: "c) Lei 8.666/93, de 22/6/93 e suas alterações e demais Normas Regulamentares e Normas e Regulamentos do BID.". **PRAZOS:** fica acrescida à Cláusula Sexta - o item 6.2, com a seguinte redação: "6.2. O prazo de vigência do presente contrato é de 320 (trezentos e vinte) dias corridos, contados a partir da data de sua publicação.". **DATA DA ASSINATURA:** 04/3/94. **DIRETOR DO SISTEMA DE ESGOTOS- JOAO ALCIDES HONAR.** **CONTRATADA:** CCO - CONSTRUTORA CENTRO OESTE S/A. - CARLOS EDUARDO CARDOSO CARNEIRO.

## CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO DA UNB

### Extrato do estatuto

É uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos denominada CADIR, tempo de duração indeterminado com sede e foro em Brasília-DF. Tem por finalidade representar os estudantes de graduação em Direito da UnB, defender seus interesses, promover sua integração, os movimentos de caráter democrático e o estudo do Direito, lutar por uma universidade crítica, pelo aperfeiçoamento das instituições jurídicas. A diretoria é composta de secretário (secretário e tesoureiro), comissão acadêmica (quatro membros e um coordenador), comissão de estruturação (igual formação) e um conselho deliberativo com um representante de cada comissão e da secretaria. O conselho representa ativa e passivamente, em juízo ou fora dele o CADIR. Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraiadas pelo CADIR. A Assembleia Geral reunida com 1/5 dos membros reformata o estatuto (com maioria qualificada de 2/3) e decide pela dissolução. Os bens revertêrão em favor do Departamento de Direito da UnB.

(DAR - CR\$ 15.706,15)

## ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS "SÃO FRANCISCO DE ASSIS" - PLANALTIMA-GO

### EXTRATO DO ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: Associação dos Produtores Rurais "São Francisco de Assis". SE DE E FORO: Qda. 01 NR 04 Ca. 10 Setor Sul-Planaltina-Goiás. OBJETIVOS: Congregar e representar os produtores rurais, no cumprimento de suas finalidades e na medida dos recursos disponíveis, no processo de produção, comercialização, transporte, armazenagem e outros; firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas, de interesse dos sócios. DA ASSEMBLÉIA GERAL: Reunir-se-á ordinariamente, na primeira quinzena de agosto de cada ano eleitoral. DA DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO: Em caso de extinção da Associação seu patrimônio será doado a entidades congêneres, conforme deliberação da Assembleia. O estatuto poderá ser reformado no todo ou parte, em Assembleia Geral convocada para esse fim. DOS PODERES DIRETIVOS: São Poderes da Associação: A Assembleia Geral, a Diretoria, e o Conselho Fiscal. PLANALTIMA-GOÍÁS., 10 de fevereiro de 1994. O Presidente. MB.

## 2. Carta de Possíveis Repercussões da Criação do Curso Noturno

### Possíveis Repercussões da Criação do Curso Noturno

A falta de discussão a respeito das condições em que se desenvolverá a implantação do curso noturno gera legítimas apreensões no corpo docente. Teme-se que os problemas relacionados com a consolidação do novo curso monopolizem as energias do Departamento.

Entretanto, as repercussões da criação do curso noturno não devem ser identificadas simplesmente com a inevitável concorrência pelos poucos recursos do Departamento, pois igualmente inevitável é a acomodação às novas circunstâncias. Por tais razões, a exigência de uma transição programada poderia aparentar ser suficiente para resguardar os interesses dos alunos atuais e futuros. Não é o caso. A iniciativa da criação do curso noturno se mostra inoportuna por outras razões. Ela revela uma opção preferencial pela produção de bacharéis, sacrificando a qualidade já discutível do curso.

Analisada objetivamente, a criação do curso noturno se resume ao aumento de vagas oferecidas no curso de Direito. De resto, as inovações curriculares poderão eventualmente ser aproveitadas pelo curso diurno, o que mitiga o problema da diferenciação entre os futuros formandos. A proposta de horário facilitará o ingresso de estudantes que acumulam outras atividades, pessoas que não dispõem de tempo integral para o estudo. Tais mudanças não comprometem a qualidade do curso, podem mesmo enriquecê-lo.

O aumento de vagas não será inócuo, porém, e deverá agravar a mais séria carência do curso de Direito, que decorre das peculiares características do corpo docente do curso de Direito.

Os alunos que cursaram Direito na UnB nos últimos anos podem se vangloriar de poucas virtudes inegáveis do curso. Entretanto, não podem se queixar de terem sido submetidos a uma linha de montagem em larga escala de profissionais mediocres. O número pequeno de alunos, combinado com a presença de alguns dos mais ilustrados operadores do Direito nacional compensou a influência de algumas tristes figuras. O Departamento sempre gozou da atenção de mentes aguçadas, cujas posições estratégicas nos órgãos estatais de capital asseguram a incisiva relevância dos temas tratados em aula.

### 3. Esboço de questionário para a avaliação dos professores

Esboço de questionário para a avaliação dos professores

sobre as aulas:

As aulas foram basicamente expositivas?

A quantas aulas o professor faltou? Por quantas foi substituído? Quantas faltas foram

contínuas?

- O prof justificou as faltas?
- Quantas aulas repôs?
- Em quantas ocasiões a turma foi avisada com antecedência de que não haveria aula? Em quantas nem sequer a secretaria do Departamento foi comunicada?
- O prof pediu para que os alunos apresentassem trabalhos para a turma ou fizessem seminários?
  - Quantas aulas foram dedicadas integralmente a estas apresentações? (Se houver aulas não inteiramente dedicadas a elas, fazer uma estimativa em horas-aula)
  - O prof comentou as apresentações? Complementou-as? Fez perguntas?
  - A matéria abordada nas apresentações ficou bem exposta para os alunos?
- O prof realizou alguma atividade alternativa no tempo de aula ou estimulou sua realização fora dele? (Ex: visitas a tribunais ou à penitenciária; convite para um outro prof dar aula; análise de processos em sala) Quantas e quais?
  - Qual foi a duração média das aulas?
  - Qual o horário de início?
  - O professor se atrasou muitas vezes em relação ao horário? Foram atrasos longos?
  - O tempo de aula é bem aproveitado? Caso ocorra um ou mais dentre estes, anotar quando houver excesso: chamadas demoradas, divagações para fora do tema, narração de estórias e anedotas compridas, repetição desnecessária seja de estórias seja de afirmações mais ou menos pertinentes ao tema.
- sobre o ensino:
  - O prof é entendido na matéria?
    - O prof já deixou alguma pergunta sem resposta?
    - O prof já cometeu algum erro grosseiro em suas explicações ou respostas?
  - Sobre tema específico da matéria ou do direito em geral? Corrigiu o erro a tempo ou admitiu-o quando foi corrigido pelo aluno?
    - O prof segue o programa sistematicamente?
    - O prof demonstrou planejamento durante o curso, detendo-se mais nos pontos mais importantes e ensinando a matéria num ritmo constante, sem atropelos?
    - O prof ensinou satisfatoriamente os pontos dados? Esclareceu as dúvidas que surgiram?
  - O prof levou o aluno a entender a matéria, sem ter que obrigá-lo a aprender por meio dos livros?
    - O prof cumpriu o programa integralmente?
- sobre a avaliação:
  - Qual o sistema de avaliação do prof? Ele foi explicitado com antecedência?
  - O prof pede alguma tarefa caseira dos alunos, obrigatória ou facultativa? São muito grandes as suas exigências?
  - O prof exige muito nas avaliações?
    - Ele cobra estritamente o que foi dado em sala?
    - Ele se satisfaz com respostas razoáveis para dar nota integral à questão?